

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.184 - ES (2018/0175797-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : EXIMBIZ COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A
ADVOGADO : RAFAEL VALENTIM NOGUEIRA - ES009918
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. LITISPENDÊNCIA. OCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agrado interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal, opostos pelo contribuinte em face da Fazenda Nacional, com o objetivo de desconstituir débitos da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, manteve a sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, ante o reconhecimento da litispendência entre os Embargos à Execução e anterior ação ordinária, consignando que "está presente a congruência exata dos elementos identificadores da ação, já que estão litigando no presente feito e integram a relação jurídica processual da ação ajuizada anteriormente, em curso, as mesmas partes, sendo idênticos os pedidos mediato e imediato, tendo por suporte a mesma causa de pedir", e que é "evidente que a embargante tenta, nessa nova ação nº 2012.50.01.003368-1, questionar o conteúdo da sentença proferida naquela ação nº 2002.50.01.003649-4; basta ler o que consta nos autos da primeira ação (sentença e voto condutor do acórdão). Aliás, a recorrente sequer trouxe em sua defesa a inicial dos autos nº 2002.50.01.003649-4, para que se dúvida houvesse quanto ao pedido lá realizado, uma análise da peça inaugural poderia por si só embasar suas alegações neste recurso".

Superior Tribunal de Justiça

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo** – no sentido de que restou caracterizada a litispendência – não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora